

ESCOLA DE CHICAGO: UMA PROPOSTA ANALÍTICA DA XENOFOBIA E RACISMO CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB – CE

Autor: Rosário Dinis Catuabi ¹

Orientador: Ricardino Jacinto Dumas Teixeira²

RESUMO

Este artigo explora a aplicação de conceitos da Escola de Chicago como uma proposta analítica da xenofobia e racismo que os estudantes africanos enfrentam na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Analisa, especificamente, as contribuições teóricas da Escola de Chicago: Teoria do Ciclo das Relações Raciais; Teoria da Assimilação de Park; conceito de Marginalidade Social e Ecologia Humana. A esses debates, foram acrescidas a contribuição de pensadores africanos como Onigu Otite (1990); Archibald Mafeje (1991); Mahmood Mamdani (1996) e Marta Patrício (2011) relacionadas as sociedades africanas. Adotamos esses conceitos porque nos ajudam compreender as relações étnico-raciais a partir das dinâmicas migratórias contemporâneas em espaços urbanos, impulsionadas pela oportunidade de ensino superior em cidades universitárias como Acarape e Redenção, no Estado do Ceará, com forte presença de estudantes africanos - que enfrentam desafios da marginalização urbana e da assimilação complexa - barreiras culturais, institucionais e xenofóbicas dentro da universidade. Concluiu-se que tais conceitos, que serviram de base para análise, são úteis para compreender as experiências de segregação simbólica ou real dos estudantes. A análise revela tensões internas e possibilidades de integração, salvaguardando a diversidade, de modo a possibilitar suportes institucionais efetivos, por meio da produção de um conhecimento comprometido com a integração, fundado no conhecimento mútuo e na equidade, de forma a possibilitar políticas e programas institucionais mais eficazes para toda comunidade acadêmica da Unilab.

Palavras-chave: Escola de Chicago; Integração; Universidade.

¹ Discente do Curso de Licenciatura Plena em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB. Email: rcatuabi@gmail.com

² Docente vinculado ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Email: ricardino@unilab.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Chicago surgiu na década de 1920, vinculada à Universidade de Chicago, e desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da sociologia urbana, tornando-se uma referência crucial para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e raciais que se manifestam nas cidades modernas. Seus principais teóricos, como Robert Park, Ernest Burgess, Louis Wirth, entre outros, desenvolveram uma abordagem empírica e inovadora, centrada na observação direta da vida urbana e na análise das transformações que ocorriam no espaço urbano das grandes metrópoles norte-americanas, sobretudo Chicago. O contexto de urbanização acelerada, crescimento populacional e fluxo migratório intenso para os centros urbanos impulsionou a formulação de teorias que buscavam explicar os conflitos, as desigualdades e os processos de adaptação social vivenciados por diferentes grupos.

Entre os conceitos centrais desenvolvidos pela Escola de Chicago, destacam-se a Teoria do Ciclo das Relações Raciais, a Teoria da Marginalidade Social e o Modelo Concêntrico de Crescimento Urbano. Esses aportes teóricos contribuíram significativamente para a compreensão dos processos de migração, da segregação espacial, da competição por recursos e da formação de comunidades étnicas nas cidades. Eles também forneceram ferramentas analíticas para examinar como os indivíduos e grupos migrantes lidam com a adaptação cultural, os conflitos intergrupais e as barreiras sociais impostas pelos contextos urbanos. Como destaca Rufato (2010), essas teorias deixaram uma marca duradoura no campo da sociologia, influenciando gerações de estudiosos e sendo amplamente retomadas nos debates contemporâneos sobre desigualdade, urbanização e identidade social.

A análise das dinâmicas migratórias e de suas implicações sociais tem sido, portanto, uma preocupação recorrente da sociologia desde o final do século XIX. No campo das teorias sociológicas, poucas correntes dedicaram tanta atenção ao tema quanto a Escola de Chicago, que se destacou por seu enfoque empírico e por sua ênfase nas relações raciais, na formação dos guetos urbanos e nos mecanismos de adaptação e resistência dos grupos migrantes (Oliveira, 2014, p. 91).

Embora tais teorias envolvessem o contexto dos Estados Unidos, propõe-se, neste artigo, uma aproximação entre os aportes teóricos da Escola de Chicago e a análise contemporânea da xenofobia e do racismo enfrentados por estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com forte presença de estudantes

africanos que revela a especificidade da universidade. A UNILAB é fruto de uma proposta única e politicamente densa dentro da história recente do ensino superior público brasileiro. Criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, sancionada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, aquando do seu mandato de 2007 a 2010, a instituição foi implantada em Redenção, no interior do Estado do Ceará, cidade emblemática por ter sido a primeira do país a abolir oficialmente a escravidão em 1883. A escolha desse local para sediar uma universidade com vocação internacional não foi aleatória: há um simbolismo histórico e político que dialoga com as dimensões de reparatória histórica e com o compromisso de cooperação Sul-Sul, particularmente com os países africanos de língua portuguesa, como sugerido no seu Estatuto (citar).

Conforme disposto na legislação de criação, a UNILAB tem como missão institucional ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos. Para tanto, a universidade adota um projeto pedagógico diferenciado, voltado à interculturalidade, à diversidade, ao desenvolvimento regional e à produção de conhecimento comprometido com a justiça social.

Contudo, estudos recentes, como os de Osmaria e Malomalo (2016) já demonstraram como esses estudantes, especialmente nos campi localizados nas cidades de Acarape e Redenção, no interior do estado do Ceará, vivenciam processos de exclusão, estigmatização e resistência em seu cotidiano acadêmico e social. A UNILAB, criada com o propósito de promover a integração entre países lusófonos e valorizar a diversidade cultural, oferece um cenário particularmente rico para observar como os conceitos clássicos da Escola de Chicago podem ser mobilizados para compreender as experiências de migração, convivência interétnica e enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil contemporâneo, salvaguardando suas especificidades. Assim, esta reflexão busca evidenciar de que modo as teorias sociológicas produzidas no início do século XX ainda possuem aplicabilidade para pensar os desafios enfrentados por sujeitos migrantes no contexto universitário brasileiro.

Além de mobilizar os referenciais clássicos da Escola de Chicago para compreender os processos de migração, marginalidade e relações raciais no contexto da UNILAB, este estudo também se orienta por uma perspectiva decolonial que busca deslocar o olhar eurocentrado

tradicionalmente presente nas análises sobre migração e identidade da sociologia clássica. Nesse sentido, torna-se fundamental incorporar aportes teóricos produzidos no Sul Global, especialmente por autores africanos que problematizam criticamente as categorias étnicas a partir do conceito de “desconstrução do tribalismo” do pensador sul-africano Archibald Mafeje (1991); conceito de “despotismo descentralizado” do “estado e sociedade civil bifurcados” do pensador ugandês-indo Mahmood Mamdani (1996); o de “relação étnica”, oposto ao “tribalismo” do sociólogo nigeriano Onigu Otite (1990) e contribuições de Marta Patrício (2011), que analisa a fluidez das fronteiras e das identidades, de cujas relevâncias adquirem o sentido teórico dentro da matrix de estudos pós-coloniais, em suas formas contemporâneas de desigualdades e exclusão para a compreensão das experiências dos estudantes africanos na UNILAB.

A inserção desses autores reforça o compromisso deste artigo com uma epistemologia que não apenas explica, mas também desnaturaliza conceitos e mecanismos de racialização, da xenofobia e da marginalização, permitindo compreender tais processos a partir de perspectivas que emergem das próprias trajetórias históricas e sociais dos povos africanos.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem etnográfica, combinando observação participante e análise bibliográfica para investigar as experiências dos estudantes africanos na UNILAB e os desafios enfrentados no processo de integração acadêmica e social. A etnografia, enquanto método qualitativo, permite uma imersão profunda na realidade estudada e se mostra particularmente adequada para o estudo de dinâmicas sociais complexas e contextos multiculturais (Rocha; Eckert, 2008). Ela possibilita ao pesquisador captar não apenas os discursos explícitos, mas também os gestos, as práticas cotidianas, os silêncios e as tensões que se expressam nas relações sociais. A presença constante no campo, aliada à escuta atenta e à observação sistemática, oferece subsídios valiosos para compreender como o racismo, a xenofobia e outras formas de exclusão se manifestam no cotidiano acadêmico e nas interações interpessoais.

A observação participante foi realizada ao longo de um período prolongado nos campi da UNILAB, em Acarape e Redenção, cidades do interior do Ceará que concentram a maior

parte dos estudantes africanos da instituição. Na condição simultânea de pesquisador e estudante, estive inserido no cotidiano universitário, o que permitiu uma vivência intensa e contínua das relações sociais, dos conflitos, das solidariedades e dos mecanismos de inclusão e exclusão presentes no ambiente acadêmico. As observações incluíram o acompanhamento de aulas, reuniões administrativas, seminários, eventos culturais, bem como interações informais em espaços como bibliotecas, corredores, cantinas e arredores da universidade. Essa imersão ampliou a possibilidade de compreender os múltiplos aspectos da vivência dos estudantes africanos, desde suas expectativas em relação à universidade até as dificuldades enfrentadas para acessar os serviços básicos, construir vínculos e manter a permanência estudantil.

Além do espaço acadêmico formal, a observação se estendeu a ambientes informais e comunitários frequentados por estudantes africanos, como repúblicas estudantis, casas coletivas, restaurantes locais e celebrações culturais. Esses locais desempenham um papel central na construção de redes de apoio, estratégias de resistência e reafirmação identitária. Nesses espaços, foi possível identificar padrões de sociabilidade que revelam tanto formas de acolhimento quanto manifestações sutis (ou explícitas) de segregação simbólica e social por parte da comunidade local e de outros segmentos universitários. A observação desses espaços também revelou como práticas cotidianas aparentemente neutras podem estar impregnadas por discursos xenofóbicos, racializados e hierarquizantes (Mamdani, 1996; Mafeje 1991). Conforme pontua Velho (1994), o trabalho etnográfico é capaz de captar essas nuances e contradições, o que o torna especialmente útil para o estudo de processos de exclusão e pertencimento.

A pesquisa também foi ancorada em uma revisão bibliográfica ampla, reconhecida como etapa essencial no delineamento de qualquer investigação científica (Gil, 2008). Foram selecionadas obras fundamentais sobre relações raciais, migração, segregação social, identidade cultural e processos de marginalização. Além dos clássicos da Escola de Chicago, como os trabalhos de Park, Burgess e Wirth, foram incorporados estudos contemporâneos que atualizam e expandem essas reflexões. Destaca-se, nesse sentido, a noção de *xeno-racismo*, proposta por Sivanandan (2001), que descreve uma forma específica de preconceito dirigida a migrantes racializados, em que a xenofobia e o racismo se sobrepõem de maneira estruturada. Essa categoria analítica é especialmente útil para compreender as formas pelas quais os estudantes africanos na UNILAB são discriminados simultaneamente por sua nacionalidade e por sua raça, revelando a complexidade interseccional da exclusão social a que são submetidos.

Também foram mobilizadas contribuições como a de Sayad (1998), que reflete sobre a condição do imigrante como alguém constantemente interpelado por uma dupla ausência: a exclusão no país de origem e a não pertença no país de destino. Essa reflexão ajuda a compreender os sentimentos de deslocamento e invisibilidade social vivenciados por muitos estudantes africanos no Brasil. Além disso, os escritos de Magnani (2002) sobre o conceito de “circuitos urbanos” contribuíram para pensar como os estudantes africanos constroem espaços de circulação e pertencimento próprios dentro e fora da universidade, constituindo territórios simbólicos de resistência frente à exclusão institucional.

Complementarmente, a pesquisa incluiu a análise de trabalhos acadêmicos já desenvolvidos sobre a UNILAB, com destaque para os estudos de Osmaria e Malomalo (2016), que examinam as políticas de acolhimento, os conflitos intergrupais e os desafios de permanência enfrentados pelos estudantes africanos. Esses trabalhos forneceram uma importante base empírica para o cruzamento com os dados de campo, permitindo uma triangulação metodológica que fortaleceu as interpretações realizadas. A análise documental incluiu ainda regulamentos internos da universidade, planos institucionais de internacionalização, dados sobre assistência estudantil e relatos de estudantes presentes em boletins, dissertações e teses sobre o tema.

A combinação entre observação participante, análise documental e revisão bibliográfica possibilitou uma abordagem holística e interdisciplinar, essencial para o estudo de fenômenos sociais complexos como a xenofobia e o racismo no ambiente universitário. Essa metodologia favoreceu não apenas a descrição detalhada das experiências dos estudantes africanos, mas também a problematização crítica das estruturas institucionais e dos discursos que sustentam as práticas excludentes. Além disso, a minha inserção no campo como pesquisador trouxe desafios importantes, como a necessidade de manter uma postura reflexiva diante das relações estabelecidas e dos próprios posicionamentos ético-políticos envolvidos na produção do conhecimento. Nesse sentido, esta pesquisa buscou integrar escuta, presença e crítica como princípios orientadores de sua trajetória metodológica.

3. A ESCOLA DE CHICAGO E O ESTUDO DAS RELAÇÕES RACIAIS E MIGRAÇÃO

Segundo Oliveira (2014, p. 87), o interesse dos pesquisadores da Escola de Chicago pela temática da imigração teria sido despertado, inicialmente, pelos deslocamentos internos da população afro-americana do sul rural para o norte industrializado dos Estados Unidos. Esse movimento migratório gerou novas configurações sociais nas cidades, onde os imigrantes, tanto internos quanto externos, enfrentavam situações de marginalização, discriminação e exclusão. Foi nesse cenário que a Escola de Chicago consolidou uma abordagem que integrava elementos da ecologia humana, da etnografia urbana e da análise das relações raciais, oferecendo um olhar atento às experiências dos sujeitos em condição de deslocamento e vulnerabilidade social.

Por sua relevância histórica e pelo impacto teórico que promoveu no desenvolvimento da sociologia moderna, especialmente no que se refere aos estudos sobre migrações, a Escola de Chicago é amplamente reconhecida como uma vertente essencial da sociologia clássica. Sua influência persiste na sociologia urbana contemporânea, sendo constantemente revisitada em pesquisas que buscam compreender os efeitos das migrações, da segregação socioespacial e dos conflitos culturais em diferentes contextos.

3.1 Robert Parks e a *Race-Relation Cycle* (Teoria do Ciclo das Relações Raciais)

Robert Park (1864-1944), um dos principais teóricos da Escola de Chicago, desenvolveu a teoria do Ciclo das Relações Raciais, que descreve o modo como grupos imigrantes negros nos Estados Unidos se inseriam e se adaptavam à uma sociedade dominante (Caldas e Silva, 2021). De acordo com Park, essa integração não é imediata, mas ocorre de forma gradual, passando por diferentes fases que se demonstram inter-relacionadas. A primeira dessas fases é o contato, ou a interação, o momento em que os imigrantes têm seu primeiro encontro com a sociedade receptora. Este contato inicial é muitas vezes caracterizado pela curiosidade mútua entre os imigrantes e a população local. No entanto, essa curiosidade pode ser acompanhada de desconfiança, preconceito e estranhamento, especialmente quando as diferenças culturais, religiosas e de costumes são significativas. Neste estágio, o choque cultural pode ser intenso, e as percepções dos imigrantes e da população receptora tendem a ser influenciadas por estereótipos e falta de compreensão mútua. À medida que o contato entre os grupos aumenta, surge a segunda fase, conhecida como conflito. Nesta etapa, as interações entre imigrantes e a sociedade nativa podem se tornar tensas. O conflito pode ocorrer por várias razões, incluindo a disputa por recursos escassos, como empregos e moradia, além de questões culturais e linguísticas que dificultam a comunicação e a convivência. Esses atritos podem se manifestar

de diversas formas, desde tensões econômicas até discriminação racial e xenofobia, criando barreiras à integração dos imigrantes.

Com o passar do tempo, porém, os grupos começam a se adaptar e a encontrar maneiras de coexistir, o que leva à fase de acomodação. Durante esta fase, tanto os imigrantes quanto a sociedade local começam a ajustar suas expectativas e comportamentos. Os imigrantes buscam maneiras de participar da vida social e econômica, respeitando as normas e valores da sociedade receptora, enquanto esta, por sua vez, pode suavizar seu preconceito inicial e aceitar a presença dos recém-chegados. A acomodação envolve compromissos de ambos os lados, e, mesmo que não elimine completamente as diferenças e os conflitos, torna a convivência mais harmoniosa e viável.

Por fim, o processo culmina na fase de assimilação, na qual os imigrantes gradualmente adotam os valores, costumes e práticas da sociedade dominante, integrando-se plenamente ao tecido social. A assimilação é vista como o estágio final da integração, onde as diferenças culturais se atenuam e os imigrantes passam a ser reconhecidos como parte integrante da sociedade. No entanto, Park também reconhece que a assimilação completa pode ser um processo longo e, em alguns casos, nunca atingir uma total homogeneidade, especialmente em sociedades multiculturais. Assim, essa fase reflete um estado em que os imigrantes e seus descendentes se sentem aceitos e integrados ao ponto de compartilharem, em grande medida, da mesma identidade social da população local.

A teoria de Park, deste modo, nos oferece um modelo para entender a complexidade do processo das interações entre imigrantes e a sociedade receptora e acabou destacando também que a integração, finalidade primária da UNILAB, é um processo com variadas facetas/etapas, que envolve tanto o enfrentamento de conflitos quanto o desenvolvimento de uma coexistência mais estável.

Pensando no contexto da UNILAB, essa teoria pode ser aplicada para analisar o processo pelo qual os estudantes africanos interagem com a cultura brasileira e enfrentam desafios em sua integração acadêmica e social. A experiência desses estudantes pode ser vista como um fenômeno comparável ao processo de “assimilação”, com a diferença de que as barreiras enfrentadas não são apenas culturais, mas também estruturais e institucionais. No caso africano, Mamdani (1996) utiliza o conceito de “estado ou sociedade civil bifurcados” que impôs uma diferenciação social entre colonos e colonizados. Os primeiros se fundamentam no direito da cidadania fundamentado pela Lei e pelos direitos vigentes na Metrópole [do processo

de assimilação] e os colonizados ao “Estatuto Indígena” fundamento no poder coercitivo e jurídico consagrado, em geral, aos grupos étnicos regidos pelos direitos consuetudinário. Entre essas duas categorias teria se formado um terceiro grupo composto por nativos de base urbana, mestiços, uma classe média urbana, que não estavam sujeitos nem às leis dos colonos, nem ao poder consuetudinário de grupos locais, situando-se num limbo jurídico de funcionários e pequenos comerciantes. A experiência dos estudantes africanos teria se constituído como resultado dessa combinação contraditória e complementar entre as duas lógicas em busca de ensino superior no Brasil, na interação entre estudantes africanos e entre e a sociedade receptora.

3.2 O conceito de Marginalidade Social

Outro conceito central desenvolvido pela Escola de Chicago é o de marginalidade social, centrado na figura de um homem marginal, que seria por excelência o estrangeiro, o imigrante afro-americano que teria migrado para outras regiões do país em busca de maior liberdade e oportunidades de ascensão econômica e social (Valladares, 2010). Essa marginalidade refere-se à posição de grupos que estão à margem da sociedade dominante, muitas vezes devido a fatores econômicos, sociais ou culturais. Park e seus colegas observaram, a partir de ideias de Simmel, que imigrantes frequentemente se encontram em uma posição de marginalidade, vivendo em áreas segregadas e enfrentando discriminação e exclusão, se encontrando nesse embate intercultural (Valladares, 2010). Esse conceito se demonstra especialmente relevante para a análise da situação que pretendemos aqui analisar: a dos estudantes africanos na UNILAB. Esses estudantes podem enfrentar marginalização não apenas devido a diferenças culturais e raciais, mas também por barreiras institucionais, como falta de suporte institucional e dificuldades no acesso a recursos próprios dos poderes administrativos locais.

A marginalidade social desses estudantes pode ser observada na forma como são percebidos e tratados pela comunidade acadêmica e na maneira como interagem com a cultura brasileira (Souza e Malomalo, 2016). O Modelo Concêntrico de Crescimento Urbano Ernest Burgess (1886 -1966), um dos mais influentes teóricos da Escola de Chicago, contribuiu significativamente para a compreensão da organização espacial das cidades ao desenvolver o Modelo das zonas concêntricas urbanas junto de Robert Park. Os autores propuseram uma maneira de observar a disposição das áreas urbanas com base em círculos concêntricos que se formam ao redor do centro urbano (Negri, 2010; Batista, 2013; Mayrink, 2023). O modelo de

Burgess parte do princípio de que a cidade cresce de forma dinâmica, expandindo-se de dentro para fora, com o centro urbano desempenhando um papel crucial no desenvolvimento econômico e social da cidade. Em termos socioeconômicos, Burgess sugeriu que as populações de alta renda geralmente ocupam regiões próximas a esse centro, onde as oportunidades econômicas são mais abundantes e os serviços urbanos mais acessíveis.

Contudo, à medida que nos afastamos do núcleo central, as características das zonas urbanas começam a mudar. A primeira zona circundante ao centro urbano é frequentemente composta por áreas industriais ou comerciais de menor porte, incluindo fábricas, depósitos e residências mais antigas. Essas áreas são, muitas vezes, habitadas por trabalhadores que dependem diretamente dos empregos oferecidos no centro da cidade. Burgess enfatiza que essa zona pode ser sujeita a mudanças rápidas, à medida que o crescimento econômico ou a expansão urbana forçam a substituição de habitações por espaços industriais ou comerciais. Mais distante do centro, encontramos a zona residencial, que é composta por bairros de classe média, onde residem trabalhadores e suas famílias. Nesta zona, o padrão de vida já se torna mais estável, com habitações maiores e mais espaços verdes, refletindo um ambiente mais calmo e residencial.

Este modelo concêntrico, embora idealizado para cidades americanas em um período de rápido crescimento urbano, se mostrou aplicável em muitos contextos ao redor do mundo, com características próprias. Ele ilustra de maneira clara como o espaço urbano é estruturado em função de fatores econômicos e sociais, destacando a relação entre o desenvolvimento econômico, a localização geográfica e a composição socioeconômica das populações.

Embora o contexto da UNILAB não seja urbano, no sentido estrito que o autor propõe, a ideia de uma hierarquia espacial pode ser aplicada para entender a segregação simbólica e institucional dentro da universidade. Os estudantes africanos podem experimentar uma forma de segregação similar à descrita por Burgess (1925, apud Batista, 2013), com desafios específicos relacionados à integração e aceitação em diferentes áreas da vida acadêmica e no cotidiano.

3.3 Ecologia Humana e Dinâmicas de Poder

A ecologia humana, conceito central desenvolvido pelos teóricos da Escola de Chicago, foi proposta como uma forma de compreender as dinâmicas sociais dentro do ambiente urbano.

A partir dessa perspectiva, a cidade é vista como um ecossistema onde diversos grupos sociais interagem, competindo por recursos e espaço, de forma semelhante à dinâmica observada na natureza entre diferentes espécies e seus habitats. A ideia principal dessa abordagem é que as áreas urbanas, assim como os ecossistemas naturais, funcionam por meio de relações complexas e interdependentes entre os diversos elementos que as compõem. Esses elementos incluem fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais, que acabam se interrelacionando de maneira a influenciar o comportamento das populações que ali vivem (Bulmer, 1984, trad de Mário A. Efrásio).

Os teóricos da Escola de Chicago, como Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie, foram destaque ao aplicar métodos científicos ao estudo das cidades e ao desenvolvimento desse conceito de ecologia humana. Eles buscavam entender como os fatores urbanos influenciavam os comportamentos humanos e as estruturas sociais. Uma das contribuições mais importantes dessa escola foi o modelo concêntrico de crescimento urbano, tratado aqui anteriormente.

Um aspecto central da ecologia humana é a ideia de que as mudanças sociais e demográficas nas cidades são, em grande parte, resultado das forças de adaptação e competição. Os grupos sociais se adaptam aos desafios e oportunidades do ambiente urbano, buscando maximizar seu acesso a recursos e melhorar suas condições de vida. Ao mesmo tempo, a competição entre esses grupos por espaço e recursos gera conflitos e desigualdades, o que pode resultar em segregação espacial e exclusão social. Dessa forma, a ecologia humana permite uma compreensão mais ampla dos processos de urbanização e das dinâmicas de poder e desigualdade que moldam as cidades contemporâneas (Park e Burgess, 1921, trad. de Mauro Guilherme Pinheiro Koury, 2014).

Além disso, essa abordagem contribui para uma análise crítica das questões sociais relacionadas à urbanização, como a gentrificação, a marginalização de populações vulneráveis e a criação de zonas de exclusão. A ecologia humana, ao propor a cidade como um organismo vivo e em constante transformação, oferece ferramentas analíticas para entender como os fenômenos sociais e econômicos moldam o espaço urbano e afetam os indivíduos que nele habitam. Com isso, é possível identificar não apenas as forças que atuam na organização das cidades, mas também os impactos dessas dinâmicas sobre a qualidade de vida das populações urbanas, especialmente as mais marginalizadas. (Bulmer, 1984, trad de Mário A. Efrásio). Essa perspectiva pode ser aplicada ao ambiente universitário da UNILAB, onde diferentes grupos competem por reconhecimento e oportunidades acadêmicas ou profissionais. Esta premissa

epistemológica teria implicações relevantes. Em primeiro lugar, é com base na competição que a comunidade acadêmica, incluída à africana, compete pelo poder e acesso aos recursos que fundamentam o princípio burocrático da igualdade, da inclusão e do reconhecimento de conhecimento do Sul Global, fundamento jurídico da UNILAB. Em segundo lugar, paradoxalmente, a competição pressupõe a integração da vida acadêmica, cultural e científica na qual os estudantes africanos se encontram confrontados. Segue-se daí o desafio da “assimilação”, como caminho para a “solidariedade”, que tenta escamotear as relações de poder.

A dinâmica de poder entre grupos sociais e étnicos pode refletir as tensões observadas nas cidades que sediam os campi, evidenciando como a exclusão e o conflito racial e étnico podem se manifestar no ambiente acadêmico a partir da UNILAB.

4. APLICABILIDADE DE CONCEITOS CLÁSSICOS NA ANÁLISE DA XENOFOBIA E RACISMO CONTRA ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB

O projeto da criação Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira nasce a partir da lei de número 12.289, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio da Silva (LULA), tendo sido criada no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Na sua gênese, a UNILAB carrega a marca e missão da internacionalização, nascendo assim como uma universidade que tem como principal preceito o princípio de solidariedade entre os povos, com prioridade aos países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial aos países africanos. Nessa ordem de ideias, foi instituído o Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE), atualmente atendendo pelo nome de PSEI (Processo Seletivo de Estudantes Internacionais), por meio do qual são selecionados os estudantes provenientes dos países parceiros (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São-Tomé e Príncipe e Timor Leste). (Unilab, 2010)

Com a fundação da universidade, a chegada dos estudantes africanos nas cidades de Acarape e Redenção e o aumento da diversidade racial, étnica e cultural, criou-se um ambiente suscetível a diversos conflitos identitários nessas localidades, com destaque para a xenofobia e

o racismo. Pelo que, o presente se propõe a fazer um levantamento e diagnóstico da situação e da possibilidade de existências dos conflitos supracitados, baseados na experiência própria do pesquisador como aluno frequentador desse ambiente e produções científicas anteriores a esta, tal como demonstram Souza e Malomalo (2016) em Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará, onde apresentam as denúncias e repúdios desses discentes nesses municípios, sem reposta institucional de órgãos oficiais como os gabinetes da Reitoria e Ouvidoria. Fruto disso, esse o presente capítulo configura os levantamentos embrionários de uma pesquisa em desenvolvimento.

4.1 Marginalização e experiência acadêmica e social dos estudantes africanos

Os conceitos de marginalidade e assimilação são cruciais para entender as vivências dos estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Esses estudantes, oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOPS, embarcam em uma jornada de integração que deveria ser facilitada por um ambiente universitário inclusivo e multicultural. No entanto, esse processo de inserção na vida acadêmica e social frequentemente encontra obstáculos significativos, principalmente na forma de barreiras culturais, preconceito e discriminação racial (Osmaria e Malomalo, 2016). Essa questão envolve a tensão entre a integração, a marginalização e a diversidade cultural nas relações acadêmicas e sociais. Isso porque a marginalidade a que esses estudantes são submetidos não se restringe apenas à convivência com as diferenças culturais, mas se aprofunda devido a atitudes xenofóbicas e racistas que acabam permeando o cotidiano universitário. Isso se reflete, por exemplo, na forma como suas tradições culturais e modos de vida são vistos com estranheza ou até desdém por parte de alguns membros da comunidade acadêmica. Essas barreiras criam um ambiente hostil, onde os estudantes africanos encontram dificuldades não apenas na adaptação ao novo país, mas também em sua plena participação no ambiente educacional. A falta de suporte institucional adequado, que poderia ajudá-los a enfrentar essas adversidades, agrava ainda mais essa situação de marginalidade. Muitos desses estudantes, ao chegarem à UNILAB, esperam encontrar um espaço que promova a interculturalidade e o diálogo entre diferentes nações lusófonas, conforme os ideais da universidade. No entanto, deparam-se com a realidade de uma integração que muitas vezes é incompleta ou frustrada, devido à ausência de políticas eficazes de acolhimento e ao preconceito velado ou explícito que enfrentam. A assimilação, ou seja, o processo pelo qual esses estudantes tentam adaptar-se ao

novo ambiente, é frequentemente interrompida pelas barreiras mencionadas, resultando em um processo de inserção incompleto. O ideal de convivência harmoniosa entre diferentes culturas e nacionalidades muitas vezes esbarra em preconceitos sociais e raciais profundamente enraizados, que dificultam o pleno acolhimento dos estudantes africanos na UNILAB. Assim, esses estudantes acabam vivenciando um duplo desafio: não apenas o de se adaptar a uma nova realidade cultural e acadêmica, mas também o de resistir às estruturas de exclusão que os colocam em uma posição de marginalidade dentro da própria universidade que deveria promovê-los.

4.2 Conflitos interculturais e xeno-racismo

Os conflitos interculturais que surgem entre estudantes africanos e a comunidade unilabiana podem ser analisados à luz da teoria do conflito de Park. Esses conflitos são frequentemente alimentados por estereótipos e preconceitos raciais, que resultam em xenofobia e discriminação. Os estudantes africanos, nesse contexto, vivenciam uma constante luta para transpor as barreiras culturais e raciais, em um processo que reflete o conceito de conflito de assimilação descrito por Park. Nesse processo, a inserção e adaptação ao novo ambiente sociocultural acaba não ocorrendo de forma pacífica, sendo marcada por tensões, resistências e marginalizações. Além disso, é possível aprofundar a análise dessas relações conflituosas à luz da concepção de xeno-racismo, termo desenvolvido pelo intelectual e ativista do Sri Lanka, Ambalavaner Sivanandan. Sivanandan argumenta que determinados grupos de migrantes são particularmente vulneráveis à rejeição nos países ou regiões de destino devido a certos marcadores sociais que carregam, como etnia, nacionalidade e cultura, que acabam intensificando os níveis de hostilidade por parte da população local (Sivanandan, 2001, apud Faustino e Oliveira, 2021). Esse fenômeno, conhecido como xeno-racismo, descreve a fusão entre a xenofobia e o racismo, que se manifestam de maneira específica contra determinados grupos racializados.

O que Mamdani (1996) chama de “Estado bifurcado”, que administra cidadãos e súditos de formas diferentes, aparece de maneira reformulada no contexto brasileiro quando analisamos a posição dos estudantes africanos na UNILAB. Embora oficialmente acolhidos como parte de um projeto de integração Sul-Sul, na prática eles ocupam uma posição semelhante à do “subject”: são incluídos institucionalmente, mas submetidos a normas sociais, olhares raciais e expectativas de adaptação unilateral, como demonstram episódios de marginalidade social e

xeno-racismo descritos aqui. Da mesma forma que chefaturas e identidades “tribais” foram reforçadas pelo Estado colonial, as marcas racializadas atribuídas aos estudantes africanos, vistas na desconfiança cotidiana, no estigma territorial e na segregação simbólica, revelam como estruturas coloniais continuam operando na forma de classificar e hierarquizar sujeitos.

Da mesma forma que chefaturas e identidades “tribais” foram reforçadas pelo Estado colonial, as marcas racializadas atribuídas aos estudantes africanos, vistas na desconfiança cotidiana, no estigma territorial e na segregação simbólica, revelam como estruturas coloniais continuam operando na forma de classificar e hierarquizar os sujeitos.

O estudo de Patrício (2011) nos ajuda também a mostrar que identidades se tornam politicamente significativas quando associadas a desigualdades estruturais. No caso Ndau, descrito pela autora, essa desigualdade se expressa na dominação histórica das elites do sul de Moçambique e na fragilidade do controle estatal nas zonas de fronteira; no caso da UNILAB, manifesta-se através da falta de acolhimento, das barreiras institucionais e das tensões simbólicas entre estudantes e moradores locais e africanos. Identificamos aqui processos de marginalização, segregação simbólica e conflitos interculturais que não se explicam exclusivamente por diferenças culturais e raciais em si, mas também por disputas por reconhecimento, espaço e legitimidade, elementos diretamente analisados tanto pela Escola de Chicago quanto por Mamdani. Assim, a etnicidade que emerge nas relações cotidianas da UNILAB é menos cultural e mais política, sendo produzida e reproduzida por práticas de exclusão, rotulação e desigual reconhecimento social.

Dessa forma, os estudantes africanos na UNILAB se veem em uma posição de dupla vulnerabilidade, onde sofrem uma violência interseccional, sendo frequentemente discriminados não apenas pela cor da pele, mas também por sua origem estrangeira. Essa interseccionalidade entre raça e nacionalidade contribui para a complexidade das relações sociais e dos conflitos vividos por esses estudantes, que enfrentam desafios tanto no plano individual quanto coletivo para se afirmar e resistir em um ambiente que, por vezes, lhes é hostil.

4.3 Segregação Simbólica/Institucional

A ideia de segregação descrita por Burgess pode ser observada na forma como estudantes africanos, servidores da universidade, munícipes e estudantes nacionais se

interrelacionam. Estudantes africanos podem se sentir excluídos na execução de certas atividades acadêmicas e sociais, refletindo uma segregação simbólica que limita suas oportunidades de integração e sucesso acadêmico e ascensão social. A segregação institucional pode manifestar-se em políticas e práticas que não consideram adequadamente as necessidades específicas desses estudantes.

Aplicando o conceito de ecologia humana, podemos ver que a competição por recursos e reconhecimento na UNILAB pode refletir as tensões observadas nas cidades urbanas descritas pela Escola de Chicago. Os estudantes africanos, enfrentando desafios adicionais, competem por oportunidades acadêmicas e apoio, muitas vezes em um ambiente que não está completamente preparado para atender às suas necessidades específicas. A dinâmica de poder dentro da universidade pode refletir as desigualdades observadas em contextos urbanos, onde grupos marginalizados enfrentam desvantagens estruturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das dinâmicas de migração e das relações raciais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), à luz dos referenciais clássicos desenvolvidos pelos teóricos da Escola de Chicago, possibilitou uma compreensão mais densa das experiências vividas por estudantes africanos em sua trajetória acadêmica e social. A proposta deste estudo se fundamenta justamente na articulação entre teoria sociológica urbana clássica e a realidade concreta de um espaço universitário construído com base no ideal de integração entre culturas da lusofonia.

Conforme aponta Wirth (1938 apud Rufato, 2010), a cidade pode ser compreendida como um espaço onde se intensificam os processos de diferenciação e marginalização social, especialmente no que tange aos grupos minoritários ou recém-chegados. Nesse sentido, a UNILAB, embora localizada em uma região interiorana e institucionalmente voltada à inclusão de estudantes africanos, reproduz dinâmicas urbanas complexas, tais como disputas simbólicas, segmentações territoriais e assimetrias de poder. A teoria da ecologia humana, formulada por Park e Burgess, permite-nos compreender a universidade como sendo um microcosmo urbano onde diferentes grupos competem por recursos simbólicos, reconhecimento e pertencimento, muitas vezes resultando na exclusão ou invisibilização dos estudantes africanos.

A Teoria da Assimilação, tal como elaborada por Park e seus colaboradores, lança luz sobre as dificuldades enfrentadas por esses estudantes ao serem pressionados a se ajustarem aos padrões culturais hegemônicos, sem que haja uma valorização real de suas identidades culturais e experiências pregressas. Como destaca Sayad (1998), o imigrante sofre a "dupla ausência": estando ausente de sua terra natal e também não é plenamente aceito na terra de acolhimento. Essa ideia ressoa fortemente no cotidiano da UNILAB, onde, apesar de institucionalmente acolhidos, muitos estudantes africanos relatam situações de racismo, xenofobia e isolamento social (Osmaria; Malomalo, 2016).

A metodologia etnográfica adotada, centrada na observação participante e na análise documental, revelou-se particularmente eficaz para captar as sutilezas das interações sociais e das formas simbólicas de exclusão que atravessam o cotidiano acadêmico. Conforme afirmam Rocha e Eckert (2008), a etnografia permite uma imersão no campo que dá acesso às dinâmicas vividas pelos sujeitos em sua complexidade e profundidade. Essa abordagem, ao se articular à análise bibliográfica, tornou possível construir uma leitura crítica das práticas institucionais e das barreiras invisíveis que dificultam a plena integração desses estudantes.

A imersão direta em campo também revelou que os estudantes africanos, longe de serem apenas vítimas passivas da exclusão, constroem redes de apoio, formas de resistência e espaços de sociabilidade próprios, em que reafirmam suas identidades e produzem estratégias de permanência. Como observa Velho (1994), os sujeitos urbanos elaboram projetos e adaptações criativas diante das adversidades estruturais, o que também se manifesta na forma como esses estudantes produzem pertencimento e coletividade mesmo diante do preconceito.

A partir das análises realizadas, torna-se evidente a necessidade de a UNILAB adotar políticas institucionais mais eficazes e sensíveis às especificidades dos estudantes africanos. É fundamental que essas políticas contemplem não apenas as dimensões acadêmicas e burocráticas da permanência, mas também promovam ações de acolhimento intercultural, combate ao racismo e valorização das diferenças. Como destaca Gil (2008), a pesquisa social deve servir à transformação das realidades estudadas, e neste sentido, esta pesquisa também aponta para o papel da universidade enquanto agente de transformação social.

Além disso, é importante destacar que os desafios enfrentados pelos estudantes africanos não se restringem às dependências da universidade. A marginalidade simbólica e material muitas vezes se estende para os espaços urbanos de Redenção e Acarape, onde enfrentam estigmatizações e dificuldades de acesso a serviços e a redes de apoio. Nessa

perspectiva, é necessário pensar políticas públicas e articulações comunitárias que promovam a integração desses estudantes na sociedade local como um todo, em consonância com os objetivos institucionais da UNILAB.

Por fim, este trabalho reafirma a atualidade das contribuições teóricas da Escola de Chicago, ao demonstrar que conceitos desenvolvidos no início do século XX ainda oferecem instrumentos valiosos para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos, como o xenofobia enfrentado por estudantes africanos no Brasil. Tal como observa Sivanandan (2001), o racismo contra imigrantes racializados assume formas específicas que demandam leituras interseccionais e metodologias comprometidas com a justiça social. Com base nisso, é possível afirmar que somente por meio de um engajamento crítico e transformador será possível que a UNILAB avance na construção de uma convivência acadêmica verdadeiramente inclusiva, intercultural e humanizada.

REFERÊNCIAS

BATISTA, C.R.R, **O caminho da ecologia humana para um mundo em crescimento**. Revista Vitas – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade, Ano III, Ne 7, agosto de 2013. Disponível em:<<http://www.uff.br/revistavitas>>. Acesso em: 20 ago 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 2004. p. 122-155.

BULMER, Martin. **The Chicago School of Sociology: What Made It a ‘School’?** em: History of Sociology: An International Review - vol. 5, n.º 2, Spring 1985, pp: 61- 77 – Tradução de Mário A. Eufrasio.

COSTA, Álvaro Mayrink da, **Redesenho das teorias do conflito social**, Portal Execução Penal, novembro de 2023. Disponível em: <<https://www.execucaopenal.org/post/redesenho-das-teorias-do-conflito-social>> Acesso em 09 set 2024.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. **Etnografia: Saberes e Práticas**. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. DOI: 10.22456/1984-1191.9301. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 15 set. 2025.

Faustino DM, Oliveira LM de. **Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematicando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil**. REMHU, Rev Interdisciplinar Mobil Hum. Setembro de 2021. 193–210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312>.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAFEJE, Archibald. The theory and ethnography of african social formations. Dacar: CODESRIA, 1991.

MAMDANI, Mahmood. Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

NEGRI, Silvio Moises, **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Revista UFMT v.8 n. 08(7): Coletâneas do Nosso Tempo, outubro de 2010. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108> Acesso em: 05 set 2025.

OLIVEIRA, Márcio de. **O Tema da Imigração na Sociologia Clássica**. Dados [online]. 2014, v. 57, n. 1 [Acessado 23 Setembro 2024], pp. 73-100. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582014000100003>>. Epub 05 Maio 2014. ISSN

1678-4588. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582014000100003>.

OSMARIA, Rosa Souza, MALOMALO, B, **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará**, 2016.

OTITE, Onigu. *Ethnic pluralismo and ethnicity in Nigeria*. Ibadan: Shaneson Limited, 1990.

PARK, Robert E. e BURGESS, Ernest W. **Competição, conflito, acomodação e assimilação**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 13, n. 38, pp. 129-138, agosto de 2014. ISSN 1676-8965. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury.

PATRÍCIO, Marta. *Identidade étnica, regional ou transnacional? O caso Ndau*. XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8987>. Acesso em: 29 ago. 2025.

RUFATO, Marcela de Andrade. **Imigração e relações raciais na cidade moderna: a teoria social de Louis Wirth**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-10022011-102435. Acesso em: 2024-09-13.

SAYAD, Abdelmalek. **A dupla ausência: das ilusões do emigrado às misérias do imigrado**. São Paulo: Edusp, 1998.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-

BRASILEIRA (UNILAB). **Estatuto da Unilab**. Redenção, 2020. Disponível em: <https://unilab.edu.br/estatuto-da-unilab/> Acesso em: 20 de Agosto de 2025

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VALLADARES, Licia P. (2010), **A Visita de Robert Park ao Brasil, o ‘Homem Marginal’ e a Bahia como Laboratório**. Cadernos CRH, vol. 23, no 58, pp. 35-49.